



Município de Penamacor  
**Câmara Municipal**  
Contribuinte n.º 506 192 164

## **Caderno de Encargos / Programa do Procedimento**

### **HASTA PÚBLICA - ALIENAÇÃO DE MATERIAL LENHOSO (Pinhal)**

#### **1. OBJETO**

1. Constitui objeto do presente procedimento a alienação de material lenhoso, localizado na Mata Municipal.
2. A operação compreende a extração da madeira, remoção e gestão do combustível e limpeza de todos os sobrantes de exploração nas parcelas indicadas no **ANEXO I**, numa área total de 39 ha e de acordo as especificações que constam do ponto 18 do presente programa de procedimento.
3. O material lenhoso será alienado no estado em que se encontra, não aceitando a Câmara Municipal de Penamacor qualquer reclamação a esse respeito.

#### **2. COMISSÃO**

1. O procedimento é dirigido por uma Comissão composta por 3 (três) vogais efetivos e dois suplentes:
  - Presidente: Raquel da Conceição Oliveira Marques;
  - Vogais Efetivos: José Augusto Salgueiro Crucho que substitui o presidente nas faltas e impedimentos, e José Carlos Pires Gonçalves;
  - Vogais Suplentes: José Luís Gil da Silva Leitão e Lourenço dos Santos Aleixo.
2. Nas faltas ou impedimentos de algum dos membros efetivos da Comissão, a substituição é feita pelos vogais suplentes.

#### **3. CONSULTA DO PROCESSO**

Os documentos do procedimento poderão ser consultados no Gabinete de Proteção Civil e Florestas, no edifício do Centro Municipal de Proteção Civil da Câmara Municipal, todos os dias úteis, das 9h às 17h30m, até ao último dia fixado para apresentação de propostas.

#### **3. PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**

1. Quaisquer esclarecimentos necessários à boa compreensão do processo podem ser requeridos à Comissão, por escrito, para a morada: Largo do Município, 6090-543 Penamacor ou através do endereço eletrónico [secretaria.gap@cm-penamacor.pt](mailto:secretaria.gap@cm-penamacor.pt) até ao termo 1º terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.



Município de Penamacor  
**Câmara Municipal**

Contribuinte n.º 506 192 164

2. Os esclarecimentos a que se refere o ponto anterior serão prestados pela Comissão até ao termo do 2.º terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

## **5. EXAME DO MATERIAL**

Entre a data da publicação do procedimento e a data do ato público, poderão os interessados verificar o material a alienar e fazer os respetivos reconhecimentos, podendo para o efeito efetuar prévio contacto para o Gabinete de Proteção Civil e Florestas até ao dia anterior ao ato público.

## **6. PUBLICITAÇÃO**

1. O procedimento será publicitado através de edital afixado no átrio dos Paços do Concelho e num jornal de âmbito regional.
2. O edital e as condições do procedimento serão ainda disponibilizados em [www.cm-penamacor.pt](http://www.cm-penamacor.pt).

## **7. DESTINATÁRIOS**

1. Apenas podem apresentar propostas, pessoas singulares ou pessoas coletivas, que exerçam atividade económica nesta área, nomeadamente silvicultura e outras atividades associadas à exploração florestal, devendo comprovar a situação mediante o envio da certidão comercial ou declaração do início de atividade, aquando do envio da proposta.
2. Os concorrentes terão ainda de preencher os seguintes requisitos:
  - a) Não ser devedores de qualquer importância à Segurança Social;
  - b) Não ser devedores de qualquer importância à Fazenda Nacional;
  - c) Não ser devedores de qualquer importância à Câmara Municipal.
3. A prova das situações referidas na alínea a) e b) do número anterior deverá ser feita através da declaração **Modelo II** anexo ao presente Programa do procedimento e que do qual faz parte integrante. Todos os documentos referidos serão entregues em simultâneo com a apresentação da proposta.

## **8. PREÇO BASE**

Fixa-se o valor de 8€ (oito euros) por tonelada, como preço base pela madeira de pinho, com valor comercial, a extrair.



Município de Penamacor  
**Câmara Municipal**  
Contribuinte n.º 506 192 164

## 9. CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação faz-se ao proponente que apresentar o preço mais elevado.
2. Quando o preço mais elevado conste de duas ou mais propostas, o desempate será feito por sorteio.

## 10. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. As propostas deverão ser apresentadas até às 16h00 do 10º dia útil seguinte à publicação do aviso e serão dirigidas ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Penamacor, remetidas por correio registado ou entregues em mão no GAP (Gabinete de Apoio à Presidência), sito no Largo do Município, 6090-543 Penamacor.
2. Se o envio da proposta for feito pelo correio, o concorrente será o único responsável pelos atrasos que porventura se verifiquem, não podendo apresentar qualquer reclamação na hipótese de a entrada dos documentos se verificar já depois de esgotado o prazo de entrega das mesmas.
3. A proposta, de acordo com o Modelo que consta do **Anexo III** ao presente Programa de Concurso e do qual faz parte integrante, deve conter os seguintes elementos:
  - a) Indicação do nome, número de identificação fiscal, número de identificação civil (bilhete de identidade ou cartão de cidadão), estado civil e domicílio, no caso das pessoas singulares;
  - b) Indicação da denominação social, número de pessoa coletiva, sede, objeto social, nome dos titulares dos órgãos sociais ou de outras pessoas com poderes para obrigar a sociedade e matrícula do registo comercial, no caso das pessoas coletivas;
  - c) Indicação do preço por tonelada.
4. As Propostas devem ser apresentadas em invólucro opaco e fechado identificado pela palavra "Proposta" e com identificação do proponente. Em envelope separado e identificado com a palavra "Documentos" e o nome ou denominação do concorrente, os documentos indicados no ponto 7.
5. Os envelopes contendo as propostas e os documentos devem, por sua vez, ser encerrados em envelope fechado e endereçado ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Penamacor, e em cujo rosto se escreverá **"HASTA PUBLICA – Alienação de material lenhoso (pinhal)"** e o nome ou denominação do proponente.





Município de Penamacor  
**Câmara Municipal**  
Contribuinte n.º 506 192 164

### **11. ADMISSÃO DOS CONCORRENTES**

1. Serão excluídos os proponentes cujas propostas sejam recebidas fora do prazo.
2. A falta ou lapso na indicação dos outros elementos, assim como a falta de algum dos documentos poderá não determinar a exclusão do concorrente desde que seja suprida e/ou retificada no decurso do ato público de abertura e antes da adjudicação.
3. A falta de indicação do preço determina a exclusão imediata da proposta.

### **12. ESCLARECIMENTOS A PRESTAR PELOS INTERESSADOS**

Os interessados obrigam-se a prestar, relativamente à proposta e documentação apresentada, os esclarecimentos que a Câmara Municipal de Penamacor, através da Comissão de abertura das propostas, considere necessários.

### **13. ATO PÚBLICO**

1. Os envelopes que contém as propostas e os documentos serão abertos em sessão pública pelas 15 horas do dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação de propostas, no Salão Nobre do Edifício da Câmara Municipal de Penamacor.
2. No ato público poderão participar os proponentes ou seus representantes, desde que devidamente credenciados para esse efeito.
3. O ato público de abertura das propostas é dirigido pela Comissão referida no ponto 2.
4. No decurso do ato público de abertura das propostas, as reclamações apresentadas serão apreciadas pela Comissão, sem prejuízo da possibilidade do recurso aos meios legais de impugnação graciosa e contenciosa.
5. As pessoas singulares que intervêm em nome próprio deverão identificar-se mediante exibição do bilhete de identidade ou documento equivalente.
6. As pessoas coletivas podem fazer-se representar pelas pessoas com poderes para obrigar, identificadas como tal nos documentos juntos à proposta, que terão de exibir o bilhete de identidade ou documento equivalente.
7. Os proponentes podem também fazer-se representar por procuradores, que terão neste caso de apresentar uma procuração com poderes bastantes para o efeito.
8. O ato público inicia-se com a leitura e explicação do edital com as condições gerais e especiais da venda, assim como dos eventuais esclarecimentos que entretanto tenham sido prestados.
9. Seguem-se os seguintes atos:



Município de Penamacor  
**Câmara Municipal**

Contribuinte n.º 506 192 164

- Identificação dos candidatos e/ou procuradores presentes na praça e verificação dos respetivos poderes;
- Leitura da lista das propostas apresentadas, ordenadas por ordem cronológica de receção;
- Interrupção do ato público para, em sessão privada, se proceder à abertura dos envelopes com os documentos que acompanham as propostas e à análise formal dos mesmos;
- Retomado o ato público com leitura da lista de candidatos admitidos e excluídos;
- Abertura dos envelopes com as propostas e análise formal das mesmas;
- Ordenação das propostas por ordem decrescente de preço proposto;
- Encerramento do ato público.

#### **14. ADJUDICAÇÃO**

1. Será de imediato elaborado auto de arrematação provisório, que deve ser assinado pelos membros da comissão e pelo adjudicatário provisório ou pelo seu procurador, que serão convocados para o efeito.
2. A decisão de adjudicação torna-se definitiva após homologação do auto de arrematação pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, sendo o adjudicatário notificado dessa homologação.

#### **15. DECISÃO DA ADJUDICAÇÃO**

1. O Município reserva-se no direito da não adjudicação, provisória ou definitiva, designadamente, quando se verifique a prestação de falsas declarações, falsificação de documentos ou não comprovação da situação tributária e contributiva regularizada, ou fundado indício de conluio entre os proponentes. Neste caso há lugar a anulação da adjudicação, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.
2. Em caso de anulação da adjudicação por causa imputável ao proponente, pode haver adjudicação ao interessado que apresentou a proposta de valor imediatamente inferior, exceto em caso de conluio.

#### **16. PAGAMENTO**

1. O pagamento do material lenhoso, objeto do presente procedimento, corresponderá à soma dos produtos dos valores por tonelada propostos e da quantidade de material removido.



Município de Penamacor  
**Câmara Municipal**

Contribuinte n.º 506 192 164

2. A quantidade de material removido é aferida pela obrigatória apresentação dos talões de pesagem (da viatura e da viatura com carga) após o final dos trabalhos a apresentar ao Presidente da Câmara. Para tal efeito, as pesagens antes referidas serão efetuadas na empresa António Lourenço, Lda., sita na Zona Industrial de Penamacor.
3. O pagamento será realizado no prazo de 10 dias úteis após a conclusão dos trabalhos, o que obrigatoriamente incluirá a total remoção e limpeza dos sobrantes resultantes da exploração e após confirmação das pesagens referidas no número anterior.
4. Ao valor indicado acresce o IVA e o pagamento poderá ser efetuado por cheque visado emitido à ordem do Município ou por transferência bancária para o IBAN: PT50 0035 0603 00000552930 12, devendo, neste caso, o comprovativo ser enviado para [secretaria.gap@cm-penamacor.pt](mailto:secretaria.gap@cm-penamacor.pt)

**17. PRAZO PARA CORTE E EXTRAÇÃO DA MADEIRA, REMOÇÃO E LIMPEZA DOS RESÍDUOS  
(SOBRANTES DE EXPLORAÇÃO)**

1. O corte e extração da madeira, remoção e gestão do combustível e limpeza de resíduos (sobrantes de exploração) deverão ser efetuados num prazo de 90 dias úteis a contar da data da notificação da adjudicação
2. O início dos trabalhos deve ser precedido de comunicação à Câmara Municipal com a antecedência mínima de 48 horas.
3. Os trabalhos poderão ser acompanhados e/ou monitorizados por um representante da Câmara Municipal.

**18. OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**

1. É obrigação do adjudicatário o corte e extração da madeira, remoção e gestão do combustível e limpeza de todos os sobrantes de exploração nas parcelas indicadas no ANEXO I e de acordo com as seguintes especificações:

a) Parcela 1 e Parcela 2

- I. Remoção de pinheiros caídos, secos ou que apresentem sintomas de declínio (de acordo com o constante no artigo 7º do Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, na sua redação atual) e ainda os tortos, mal formados e os que se encontrem a impedir a normal condução de outras espécies, concretamente espécies de folhosas;





Município de Penamacor  
**Câmara Municipal**

Contribuinte n.º 506 192 164

- II. Remoção de todos os sobreiros que se encontrem caídos e secos, mediante autorização emitida pelo ICNF a solicitar pela Câmara Municipal;
- III. Remoção de todas as espécies invasoras, nomeadamente acácias/mimosas;
- IV. Remoção de todo o combustível do estrato arbustivo e subarbustivo (de acordo com o constante do ANEXO do Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual).

b) Parcela 3

- I. Remoção de todos os pinheiros existentes, sem remover ou danificar qualquer árvore de outra espécie;
- II. Remoção de todos os sobreiros que se encontrem caídos e secos, mediante autorização emitida pelo ICNF a solicitar pela Câmara Municipal;
- III. Remoção de todas as espécies invasoras, nomeadamente acácias/mimosas;
- IV. Remoção de todo o combustível do estrato arbustivo e subarbustivo (de acordo com o constante do ANEXO do Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual).

c) Parcela 4

- I. Remoção de todo o combustível do estrato arbustivo e subarbustivo (de acordo com o constante do ANEXO do Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual).

2. Atendendo a que o material lenhoso a alienar se trata de pinheiros (coníferas hospedeiras) localizados na zona tampão e tendo em conta as medidas de proteção fitossanitária adequadas ao controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP), o adjudicatário obriga-se ao cumprimento do constante no Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, na sua redação atual, nomeadamente no cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Obrigatória comunicação prévia ao ICNF, I.P., dos atos de abate e/ou desramação de coníferas hospedeiras, bem como da sua circulação, pelo devido preenchimento do manifesto de corte que poderá ser obtido no sítio da Internet do ICNF, IP;
- b) Os sobrantes resultantes do abate deverão ser eliminados ou transformados em estilha, apenas podendo permanecer no local se tiverem dimensões inferiores a 3 cm;
- c) O material lenhoso, proveniente do abate, deverá ter como destino empresas registadas como operadores económicos que procedam de acordo com as



Município de Penamacor  
**Câmara Municipal**

Contribuinte n.º 506 192 164

medidas de proteção fitossanitária e respetivos requisitos técnicos previstos na legislação em vigor.

3. Todo o material a remover será feito mediante orientação, acompanhamento e fiscalização de um representante a indicar pela Câmara Municipal de Penamacor.

### **19. RESPONSABILIDADES DO ADJUDICATÁRIO**

1. São da exclusiva responsabilidade de adjudicatário quaisquer danos causados em pessoas ou bens, durante a retirada e transporte do material objeto desta alienação, para as instalações do adjudicatário e/ou destino final adequado.
2. O adjudicatário é considerado o único responsável nas seguintes situações:
  - a) Pela reparação e indemnização de todos os prejuízos ou danos causados a terceiros ou à Câmara Municipal por motivos que lhe sejam imputáveis;
  - b) Pelas indemnizações devidas a terceiros na constituição de servidões provisórias ou da ocupação temporária de prédios particulares necessários à execução dos trabalhos;
  - c) Por todos os prejuízos, causados à área florestal ou a terceiros, incluindo solos e linhas de água, decorrentes das operações.
3. São ainda da responsabilidade do adjudicatário as despesas de remoção e transporte, assim como todas as licenças e encargos legais necessários à execução dos trabalhos.
4. O adjudicatário é responsável por manter, com vista à realização dos trabalhos, uma equipa de pessoas com a composição mínima adequada para as tarefas a realizar.
5. O adjudicatário obriga-se ao cumprimento de todas as disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente a todo o pessoal que executa os trabalhos.
6. O adjudicatário assume toda a responsabilidade civil, criminal e contraordenacional decorrentes da atividade a desenvolver, bem como do exercício dos demais direitos decorrentes desta alienação.
7. O adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais aplicáveis à atividade de gestão de material lenhoso, bem como da lei em geral, dando da sua inteira responsabilidade a obtenção de todas as licenças e autorizações necessárias para tal.
8. O adjudicatário obriga-se a manter os caminhos, incluindo valetas, tal como se encontravam à data de início dos trabalhos.





Município de Penamacor

**Câmara Municipal**

Contribuinte n.º 506 192 164

## **20. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

É aplicável ao presente procedimento o previsto no Código do Procedimento Administrativo e em legislação especial contida no Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, na sua redação atual, e no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual.

## **21. FORO COMPETENTE**

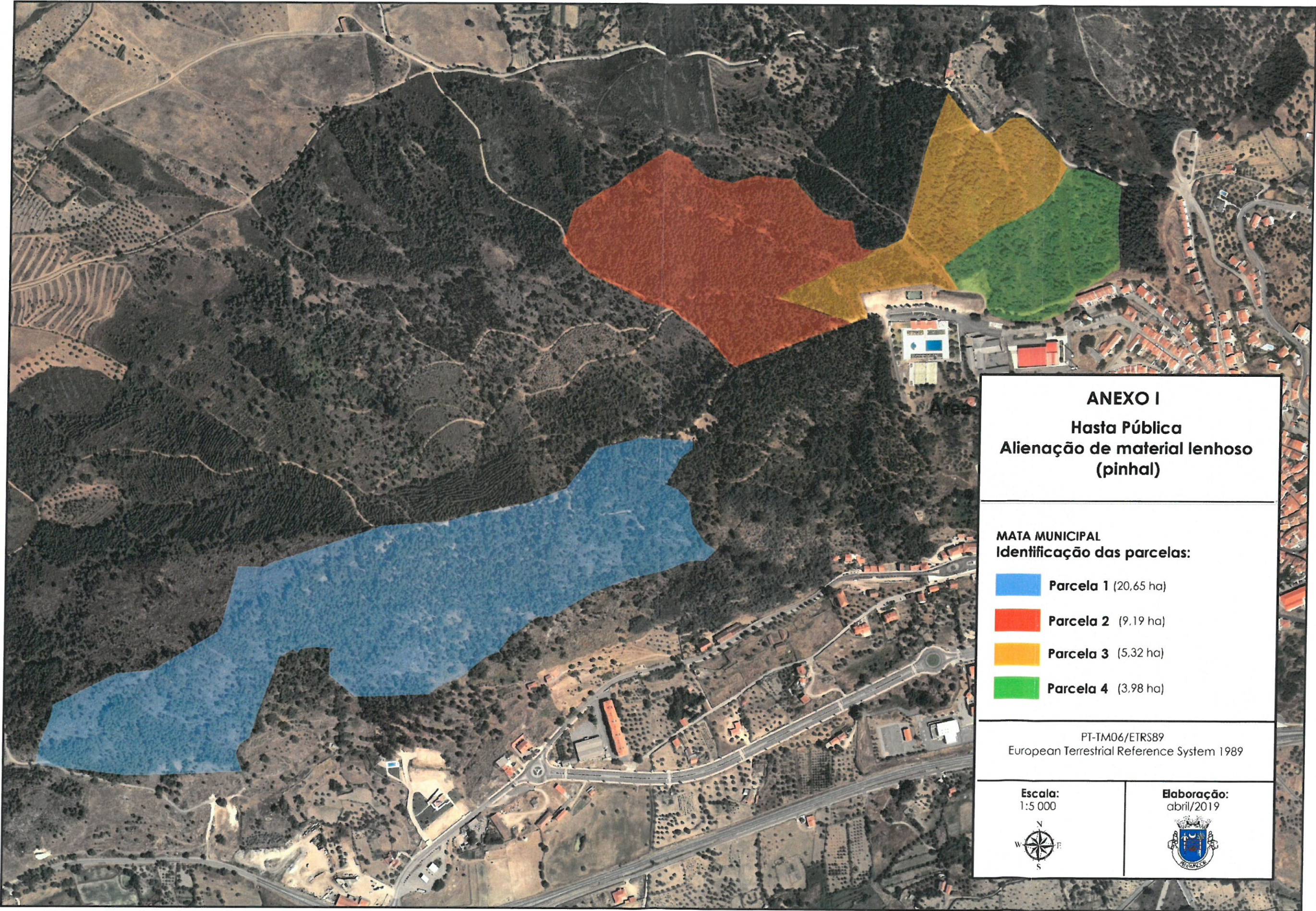
Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco.

Paços do Concelho, 8 de abril de 2019

O Presidente da Câmara

Dr. António Luís Beites Soares









Município de Penamacor  
**Câmara Municipal**

Contribuinte n.º 506 192 164

**ANEXO II - MINUTA DE DECLARAÇÃO IDENTIFICADA NO N.º 7 DO PRESENTE**

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo

(3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º





Município de Penamacor  
**Câmara Municipal**  
Contribuinte n.º 506 192 164

**ANEXO III – MINUTA DA PROPOSTA IDENTIFICADA NO Nº 10 DO PRESENTE PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

Exº Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Penamacor

\_\_\_\_\_ abaixo assinado, com residência em \_\_\_\_\_, por si ou na qualidade de \_\_\_\_\_ (diretor, gerente, sócio-gerente, proprietário, mandatário, etc.) da empresa \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, devidamente mandatado para o efeito, obriga-se a adquirir os bens a que se refere o anúncio publicado no jornal \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ relativo à HASTA PÚBLICA PARA "**ALIENAÇÃO DE MATERIAL LENHOSO - pinhal**", de acordo com o Caderno de Encargos / Programa do Procedimento da Hasta Pública, do qual tomou pleno e integral conhecimento, nas seguintes condições de preço global \_\_\_\_\_€ (por extenso).

O valor indicado acresce Iva à taxa reduzida de 6% de harmonia com o disposto no Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_de \_\_\_\_\_de 2019 (local e data)

O Proponente,

\_\_\_\_\_

E- mail \_\_\_\_\_